



Artigo

Pibid: política educacional ou medida Emergencial?

Pibid: educational policy or emergency measure?

Pibid: ¿política educacional o medida de emergencia?

Ana Claudia Molina Zaqueu¹.

¹Filiação institucional. Mestranda em Educação Matemática na UNESP de Rio Claro; Licenciada em Matemática pela USP - São Carlos. Estuda as potencialidades das narrativas (auto) biográficas em pesquisa e formação. Membro do Grupo de Pesquisa História Oral e Educação Matemática (GHOEM) e professora colaboradora do Pibid/Matemática da UNESP, Rio Claro, SP, Brasil.

Correspondência: E-mail: anaclaudiam.zaqueu@gmail.com

Resumo

Neste artigo, discorreremos sobre as possíveis finalidades do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), lançado em 2007, por iniciativa do Governo Federal e que, posteriormente, em 2008, foi incorporado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - quando esta assume, também, a responsabilidade de fomentar ações que envolvem formação docente - com o intuito de incentivar a formação inicial de professores. Para isso, traremos algumas considerações sobre este Programa e ainda, nesta perspectiva, apresentaremos uma problematização envolvendo seus objetivos, sua relação com os modos de se pensar formação de professores e, também, um alerta para a necessidade de olharmos para o Pibid com uma visão não romantizada, trazendo para o texto, indagações que nos levam a

pensar se o Pibid foi criado somente para indução à docência e, após seu início, passou a ser visto como uma possível política educacional ou se não é o caso de uma repetição de história tratando-se de mais uma medida emergencial como tantas outras já tomadas no país.

Palavras-chaves: Pibid; Política Educacional; Formação de Professores.

Abstract

In this article, we will discuss the possible purposes of the Institutional Scholarship Program Introduction to Teaching (Pibid), launched in 2007 at the initiative of the Federal Government and subsequently, in 2008, was built by the Higher Education Personnel Improvement Coordination (CAPES) - when it takes also a responsibility to encourage actions involving teacher training - in order to encourage initial teacher education. For this, we will bring some considerations on this program and also, to that end, we will present a questioning involving their goals, their relationship with the ways of thinking about teacher training and also a reminder of the need to look at the Pibid with a vision not romanticized, bringing the text, questions that lead us to think that the Pibid was created only for induction to teaching and after its inception, was seen as a possible educational policy or if it is not the case with a history of recurrent in the case of another emergency measure as so many others have taken the country.

Keywords: Pibid, Educational Policy, Teacher Education.

Resumen

En este artículo, vamos a discutir los posibles efectos de la Beca Institucional Programa de Introducción a la Enseñanza (PIBID), lanzada en 2007 por iniciativa del Gobierno Federal y, posteriormente, en 2008, fue construido por la Coordinación de Mejoramiento Personal de Nivel Superior (CAPES) - cuando se necesita también una responsabilidad para fomentar acciones que implican la formación del profesorado - con el fin de fomentar la formación inicial del profesorado. Para ello, vamos a traer algunas consideraciones sobre este programa y también, con ese fin, vamos a presentar un cuestionamiento que involucra sus metas, su relación



con las formas de pensar sobre la formación del profesorado y también un recordatorio de la necesidad de ver el PIBID con una visión no idealizada, con lo que el texto, las preguntas que nos llevan a pensar que el PIBID fue creado sólo para la inducción a la docencia y después de su creación, fue visto como una posible política educativa o si no es el caso con antecedentes de recurrencia en el caso de otra medida de emergencia como tantos otros han tomado el país.

Palabras Clave: Pibid; Política Educativa; La Formación del Profesorado.

Pensar em modos de se conceber uma formação de professores sendo ela inicial ou continuada, é uma preocupação presente em diversos países e que, ao longo dos anos, tem se mostrado como um tema potencializador de discussões e propostas para a área. No Brasil, podemos dizer que esta necessidade emerge, principalmente, a partir de 1824, quando os constituintes brasileiros inspiram-se nos ideais da Revolução Francesa – liberdade, igualdade e fraternidade - para, a partir disso, inserir na Constituição Federal, artigos que previam a instrução, laica e gratuita, de crianças e adolescentes. Com isso, é criada a Lei de quinze de outubro de 1827, a qual previa, também, a formação de professores nas escolas das capitais das províncias.

Desde este período, até hoje, várias foram as tentativas de instituir um modelo de formação capaz de abarcar as necessidades formativas do país, concomitantemente, à formação específica e pedagógica do futuro docente. O que podemos perceber é que, na maioria dos casos, as necessidades do país constituem o “pano de fundo” das medidas tomadas para a formação e, sendo assim, não podemos desvincular as propostas e ações voltadas para a formação de medidas e estratégias políticas tomadas segundo as prioridades do Governo em questão. Assim, devemos ter ciência de que pensar em formação, é algo que vai muito além do que sugerir meios e padronizar cursos. Uma vez incluídos nos pensamentos educacionais devemos ter ideia, mesmo que mínima, dos ideais políticos que se encontram por de trás das ações. Somando a esta equação cujas variáveis envolvem política e economia, inserimos uma terceira, o fator social: cada escola é uma escola; cada sala de aula é uma sala; cada aluno é um aluno.

Diante disso, é cabível pensarmos em modelos de formação de professores tal como propõe Nóvoa (2009) e Passos (2011), ao defenderem a ideia de que esta formação deve ocorrer dentro da profissão, ou seja, os autores dissertam sobre as potencialidades de se conceber uma formação de professores atrelada às realidades da escola básica.

.../ a valorização dos saberes e das práticas pode ser um caminho promissor na construção do conhecimento profissional. Reconhecer a parceria universidade e instituição escolar como espaços de formação docente mostra-se importante no desenvolvimento profissional do professor que Ensinam Matemática (Passos, 2011, p.1).

Historicamente, no Brasil, temos vivenciado uma formação pautada no modelo conhecido por “3+1”. Nessa perspectiva formativa, entende-se que a formação deve ser composta por três anos de conhecimentos específicos e um ano de conhecimentos pedagógicos, sem qualquer compromisso de não dicotomizar as ideias de teoria e prática. Nesta direção, o que podemos perceber é que a escola básica representa lócus de aplicação de conhecimento no qual, a Universidade é tida como a real detentora dele e, por sua vez, responsável por gerar estudos que possam contribuir com a “pobre” escola. Temos assim, uma visão hierarquizada de educação.

Diante do exposto, pensar na formação de professores representa, inclusive, repensar os modos como compreendemos o espaço escolar, como entendemos o papel da Universidade e, principalmente, o que julgamos por formação. Assim, definimos que nossa posição com relação à formação é de que se trata de um movimento de inacabamento e em

constante alterações. Não pensamos em fragmentações, estágios ou etapas. Em nossa visão, não faz sentido falar em formação inicial e continuada, pois não consideramos que exista a possibilidade de acabar uma para passar para a outra, porém, a própria Lei de Diretrizes e Bases (LDB), concebe essa sistematização e por isso, ao nos referirmos ao Pibid, falamos em formação inicial por assim tratar os documentos oficiais e a gestão educacional.

Frente a isso, e entendendo a emergência de propor outros modos de formar professores que não aquele que vem sendo praticado a décadas é que nos deparamos com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid). Uma proposta vista por seus idealizadores como promissora e capaz de provocar mudanças significativas no processo formativo e no modo como é estabelecida a relação Escola Básica e Universidade..

O Pibid, criado em 2007, a partir de estudos que apontavam para a possibilidade de escassez de professores, principalmente, no Ensino Médio, nas disciplinas de Física, Química, Biologia e Matemática. De acordo com Zaqueu e Silva (2012), o Programa

é uma iniciativa do Governo Federal, posteriormente incorporado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, sendo hoje o segundo maior programa de bolsas da CAPES. Visa oferecer bolsas para estudantes de licenciatura com o intuito de valorizar o magistério, elevar a qualidade das ações acadêmicas voltadas à formação inicial de professores, inserir os estudantes no cotidiano das escolas da rede pública, promover a integração entre educação superior e educação básica, dentre outras coisas. Busca, também, a união entre as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e Universidades Públicas com o intuito de interferir na qualidade de ensino em escolas cujos Índices de Desenvolvimento da Educação (Ideb) estão inferiores à média nacional. De acordo com o Ministério da Educação e Cultura, o MEC, pode participar do Programa instituições Estaduais e Federais de Ensino Superior, institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que possuam cursos de licenciatura e tenham avaliação satisfatória no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). (p. 2)

Assim, podemos perceber que uma das ações na qual o Pibid busca “atacar” diz respeito à minimizar os impactos das etapas de “sobrevivência” e “descoberta” vivenciada pelos licenciandos nos primeiros três anos de carreira. Com relação à valorização, entendemos como sendo ações estratégicas para impactar positivamente na qualidade e condições do trabalho docente. Frente a isso, assim como é proposto no Plano Nacional da Educação, quando aparece a expressão “valorização do magistério”, espera-se que, atrelado a isso, estejam assuntos relacionados à formação, jornada de trabalho, salário, infraestrutura das escolas, números de alunos nas salas de aula, plano de carreira, entre outros.

Desse modo, o PIBID tem oferecido bolsas a alunos de Licenciatura, professores da Escola Básica e das Instituições de Ensino Superior que encaminharam seus projetos institucionais e, portanto, participam do Programa. Além disso, Zaqueu (2014) afirma que o Programa tem por objetivos:

elevar a qualidade da formação inicial por meio de parcerias entre Universidade e Escola Básica; oferecer a alunos de Licenciatura a possibilidade de criar, participar, experimentar diferentes metodologias; fazer uso de tecnologias no ensino e promover práticas inovadoras e interdisciplinares por meio da inserção na escola; possibilitar articulações entre teoria e prática; e incentivar a escola pública, ressaltando a importância de seus professores como co-formadores dos futuros docentes. Nesse contexto, tais objetivos foram atrelados às necessidades do país em formar professores, principalmente, nas disciplinas de Física, Química, Biologia e Matemática. (p. 59)

Assim, para que os objetivos e metas fossem traçados, estudos preliminares foram realizados a fim de que o governo pudesse estruturar o Programa tal como foi pensado. Para isso, foi criada uma comissão de conselheiros da Câmara da Educação Básica, convocada por indicação do Conselheiro Mozart Neves Ramos da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para realizar um estudo amplo a respeito do número de professores da Educação Básica no Brasil. A partir disso, foi elaborado um relatório denominado Escassez de professores no Ensino Médio: Propostas estruturais e emergenciais, o qual conta com uma análise da educação no país com base em pesquisas realizadas por órgãos governamentais e não governamentais. Nesse documento, é traçada a relação de professores atuantes, os que ainda cursavam a Licenciatura e elaborada uma lista de recomendações ao governo para com a educação. Finalizado o documento, as informações foram enviadas a todas as universidades e faculdades que ofereciam cursos de Licenciatura para que pudessem olhar para os dados e efetuar sugestões cabíveis.

Nesse levantamento, os conselheiros puderam observar que a situação em que o país se encontrava estava próxima ao que chamariam de apagão do Ensino Médio. Claro que o problema também se estendia ao Ensino Fundamental. Entretanto, a situação mais preocupante estava pontuada nos últimos anos da Educação Básica e, mais precisamente, naquelas quatro disciplinas citadas anteriormente. Talvez, os resultados revelados nesse relatório não sejam tão surpreendentes para aqueles que atualmente se veem próximos da realidade escolar brasileira, mas a organização dessa comissão foi importante para que tal situação se tornasse conhecida, documentada e divulgada pelas autoridades governamentais que, a partir disso, assumiriam medidas emergenciais.

Foi nesse contexto de apontamentos, relatórios, sugestões e medidas emergenciais que o Pibid foi estruturado e lançado o seu primeiro Edital. Em 2009, foi lançado um novo Edital que passa a contemplar as Instituições Estaduais de Ensino Superior, promovendo uma ampliação no campo de ações do PIBID. Assim como no anterior, são estabelecidos os critérios e prioridades levadas em consideração no processo de avaliação dos Projetos Institucionais. Neste caso, as ações voltadas ao Ensino Médio (disciplinas de Física, Química, Filosofia, Sociologia, Matemática, Biologia, Língua Portuguesa, Pedagogia e

Licenciaturas com denominações diferenciadas por serem interdisciplinares) continuam tendo lugar privilegiado, seguido pelos projetos destinados ao Ensino Fundamental (Pedagogia, Ciências, Matemática, Educação Artística e Musical, Licenciatura complementares – língua estrangeira, interculturais, educação do campo, comunidade quilombos e Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e outras Licenciaturas, desde que justificada a necessidade social no local ou região em que o Projeto seria desenvolvido.

Desde o primeiro até o último Edital lançado em 2015, o Pibid tem crescido cada vez mais, tanto com relação ao número de bolsas oferecidas, quanto de Instituições participantes e, conseqüentemente, área de abrangência no país. A cada Edital, a Capes teve a preocupação em (re)afirmar os objetivos de valorização e incentivo à docência, realizando modificações de modo a contemplar o maior número possível de Licenciaturas. Complementando as informações já apresentadas com relação aos Editais, em 2010, o Programa passa a contemplar as Instituições Públicas Municipais e Comunitárias, Confessionais e Filantrópicas sem fins lucrativos, além de instituições que trabalham nos Programas de formação de professores do Prolind (voltado aos docentes que atuam em escolas indígenas de Educação Básica) e Procampo (apoia a implementação de cursos de Licenciatura em Educação do Campo e formação de professores para o Ensino Médio e anos finais do Ensino Fundamental de escolas rurais). A partir de 2011, o Pibid atinge todas as instituições públicas em geral.

O Relatório de Gestão 2009-2011, primeiro elaborado desde a criação do Pibid, revela que, em janeiro de 2011, o Programa já era o segundo maior em relação ao número de bolsas concedidas pela Capes, já apresentando tendências de crescimento e expansão em relação às demais iniciativas no âmbito da formação. Desse modo, é possível afirmarmos que o Pibid é, de fato, uma tentativa de subverter o modelo “3+1” a partir de práticas colaborativas, as quais promovem articulações entre professores da universidade, estudantes de graduação e professores da educação básica.

Ao observarmos as propostas e dimensões atingidas pelo Pibid, podemos verificar que trata-se de um Programa potencial e com resultados já presentes. Além disso, apesar do Pibid ser “um Programa relativamente “novo” no sentido de que ele surge no final de 2007, porém com um crescimento e abrangência surpreendente, passando de 30 mil bolsistas para 45 mil, meta para 2012, em cinco anos de ação” (ZAQUEU e SILVA, 2012, p.3), podemos considerar que a participação neste programa sendo previsto na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), como ocorreu recentemente, abril de 2014, é um de seus resultados relevantes das ações do Pibid, entretanto, cabe destacarmos que, apesar disso, o Programa não abarca todos os alunos de licenciatura, restringindo-se a um número limitado deles.

Diante disso, ao olhar para estudos que dizem sobre este Programa bem como suas dimensões atingidas, cabe problematizarmos em que medida esta proposta foi adotada com o intuito de formar professores? Será mesmo que seu foco é realmente apostar na formação inicial? Até que ponto o Pibid não é mais uma medida emergencial?

É interessante percebermos que o Pibid é uma política pública, entretanto, como é possível uma política que não abrange todos os cidadãos, neste caso, todos os alunos de

licenciatura. Qual o sentido de prever, em LDB, a participação em programas de incentivo à docência, se o próprio Programa não é capaz, ainda, de oferecer apoio a todos os licenciandos?

Diante destas indagações, julgamos pertinente não desmerecer ou mesmo desqualificar, as possibilidades que o Pibid tem oferecido aqueles que dele participam ou participaram. O Programa mostra-se, amplo e multifacetado, sendo concebido de diferentes formas em cada universidade, faculdade ou instituto. Dentro do que acreditamos ser uma formação de professores “coerente”, ou seja, aquela que oferece ao alunos, em equilíbrio, uma formação específica e pedagógica, aliada à vivências na Educação Básica que vão além da sala de aula, proporcionando ao aluno, contanto com diretores, inspetores, professores, reuniões de Aula Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC), alunos, entre outras coisas, o Pibid pode ser considerado a “ponte” que permite estes movimentos aos alunos, contribuindo tanto com os licenciandos quanto para melhorias na qualidade de ensino da escola.

O cuidado ao se pensar em Pibid, é o de não se deixar levar por uma visão romântica de que ele é capaz, sozinho, de proporcionar esta formação almejada. O Programa é sim uma ferramenta importante para este processo, mas não única e, nem mesmo, autossuficiente. Para que o Pibid possa atuar efetivamente nos cursos de licenciatura, a articulação entre currículo, Projeto Político Pedagógico da Instituição de Ensino Superior e escola parceira, precisam estar em sintonia e abertos à interlocuções para que a ação do Pibid se caracterize como uma via de mão dupla entre Universidade e Escola. Diante disso, podemos perceber que a proposta deste Programa abrange muito mais do que a formação inicial, potencializando ações em direções distintas, porém, interligadas por um eixo articulador fundamental, a qualidade da educação.

Assim, muitas são as discussões que apontam para uma necessidade de mudança no currículo base dos cursos de licenciatura e, ao mesmo tempo, apontam para a necessidade de se pensar em formações que sejam condizentes com o cenário em que este docente será inserido. Por outro lado, a Educação Básica tem apresentado sintomas, persistentes, de uma doença que a acompanha a um longo tempo, a falta de professores capacitados; enfermidade esta, que não se resolve a curto ou médio prazo, por isso, investir em mudanças na Educação Básica, pode demandar um tempo que, talvez, o país não está preparado para aguardar. Diante disso, a solução, não homeopática, é investir na formação inicial e continuada de professores que atuam nesse nível de ensino, a fim de que os resultados deste investimento possam refletir, em alguns pontos, do ensino básico, com necessidades emergenciais.

Frente a isso, percebemos o Pibid mais como um Programa elaborado com este objetivo, ou seja, tornar-se eixo articulador e potencializador dessas ações de caráter mais amplo do que, somente, ligado a iniciação à docência. Assim, pode-se dizer que esta “versão” ampliada do Pibid, uma vez mobilizada, como já está acontecendo, necessita de discussões e um constante movimento de (re)pensar objetivos, estruturas, ações, para que ele não se torne mais um, dentre vários, programas que apresentam resultados porém, por falta de investimentos e ações focadas, terminam sem maiores resultados.

O movimento de se pensar em formação de professores, ações e possíveis articulações é algo complexo e singular. A complexidade está no fato da necessidade de se pautar uma formação em bases comuns e que, ao mesmo tempo, dê conta de suprir as necessidades de cada região, estado ou cidade do país [singularidade]. Além disso, a tentativa de romper com uma formação dicotômica, ou seja, fugir da ideia cartesiana de que teoria deve ser entendida separada da prática, é mais um desafio a ser inserido nessa gama de complexidades que a formação de professores está enredada.

Por fim, chamo atenção para o fato de que não tenho a intenção de problematizar ou criticar o Programa gratuitamente, ao contrário, por acreditar na proposta, nas ações que vêm sendo executadas e nas parcerias firmadas é que defendo a ideia de desenvolver estudos que tragam à tona os princípios e os objetivos do Pibid com o intuito de não o perdê-lo em meio às propostas variadas que surgem a cada governo.

Referências Bibliográficas

- Nóvoa, Antonio. (2009). Para uma formación de profesores construída dentro de la profesión. *Revista de Educación*. Ministerio de Educación, 350, p. 173 – 202. Disponível em: [http://www.revistaeducacion.educacion.es/res350_09.html]. [ISSN 0034-8082].
- Passos, Carmen Lúcia Brancaglioni. (2011). Currículo, Práticas Escolares e Formação do Professor de Matemática. *Indicação para os trabalhos da XIII CIAEM*. Recife.
- Ruiz, Antonio Ibanez., Ramos, Mozart Neves., & Hingel, Murílio. (2007). *Escassez de professores no Ensino Médio: Propostas estruturais e emergenciais*. Relatório produzido pela Comissão Especial Instituída para estudar medidas que visem a superar o déficit docente no Ensino Médio (CNE/CEB).
- Shulman, Lees S. (1986). Those who understand: knowledge growth in teaching. *Educational Researcher*, vol. 15, nº2, p. 4 – 14. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1175860>. Acessado em: 14/10/2011.
- Zaqueu, Ana Cláudia Molina., & Silva, Heloisa da. (2012). O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID): um Olhar a partir das Narrativas (Auto)biográficas dos ex-bolsistas da Unesp de Rio Claro. *Anais do XVI EBRAPEM*, Canoas.
- Zaqueu, Ana Claudia Molina. (2014). *O programa institucional de bolsas de iniciação à docência (Pibid) na formação de professores de matemática - perspectivas de ex-bolsistas*. 268f. Dissertação de Mestrado em Educação Matemática – Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE), Unesp, Rio Claro.
- Ruiz, Antônio Ibanez., Ramos, Mozart Neves., & Hingel, Murílio. (2007). *Escassez de professores no Ensino Médio: Propostas estruturais e emergenciais*. Brasília, DF: CNE/CEB.

Recebido em 28/08/2014
Aceito 29/11/2014